



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**OBJETO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR: O PRESENTE
ESTUDO TEM COMO OBJETIVO DEMONSTRAR A MELHOR
VIABILIDADE TÉCNICA A FIM DE PROMOVER A SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE INTERLIGAM
DIVERSOS POVOADOS DESTE MUNICÍPIO**

MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE/SE.

MÊS DE FEVEREIRO DE 2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

Setor requisitante	Secretaria Municipal de Obras Públicas Brejo Grande/SE
Responsável pela demanda	Orlaney Ferreira Barbosa
Matrícula / CPF	018.760.175-54
E-mail	Brejogrande.obras@gmail.com
Telefone	(79)99933-1377

1. DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Estudo tem como objetivo demonstrar a melhor viabilidade técnica a fim de promover a **“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, SOB DEMANDA, PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE INTERLIGAM DIVERSOS POVOADOS DESTE MUNICÍPIO – atendendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE”**.

1.2 Esse Instrumento fundamenta-se no Art. 18º da Lei 14.133/2021, inciso I, § 1º e seus incisos, os § 2º e § 3º, bem como na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.

2. DA DESCRIÇÃO DA DEMANDA

2.1 - A demanda é inerente a necessidade de “Manutenção de Estradas Vicinais, município de Brejo Grande/SE”.

3. DA JUSTIFICATIVA

Como justificativa do presente documento, segue na íntegra o que consta no DFD respectivo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Considerando que a manutenção da estrada vicinal é essencial para garantir o bom funcionamento da malha viária local, o transporte de pessoas e bens, e a segurança da população;

Considerando condições precárias da estrada (buracos, erosões, falta de sinalização);

Considerando impactos na mobilidade e no acesso de moradores, produtores rurais, e transporte escolar;

Considerando preocupações com a segurança viária (redução de acidentes).

Considerando a necessidade de atender demandas específicas de comunidades e região.

Considerando a disponibilidade orçamentária para a execução da obra;

Detectamos como necessária a execução da **RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE INTERLIGAM DIVERSOS POVOADOS DESTE MUNICÍPIO**.

4. DA PREVISÃO PARA CONTRATAÇÃO

Em razão da adoção do prazo diferenciado para a implementação dos critérios estabelecidos pela Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), como disposto no art. 176, o Plano de Contratações Anual (PCA) não fora elaborado.

4.1.1. Apesar da não elaboração do Plano de Contratações anual pelas razões apresentadas, agregando às razões no âmbito legal (trazida no item 1 – justificativa), o município possui uma rotina de contratações que está atrelada a necessidade de solução para essa demanda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

De modo geral a “Administração Pública poderá obter o objeto pretendido através da Execução Direta ou da Execução Indireta.

Como **Execução Direta** do objeto pretendido, tem-se a hipótese em que a própria Administração Pública, através de seus próprios meios, ou seja, os seus próprios órgãos e entidades executam o serviço pretendido. Para que se configure a dita espécie de execução, deverá a Administração Pública, efetivamente, deter a totalidade dos meios necessários à concretização do fim pretendido, ou seja, deverá deter toda a estrutura, expertise técnica, pessoal, etc à conclusão dos serviços pretendidos, sob pena de não se configurar a hipótese em questão, impondo a contratação de terceiro para sua execução, respeitadas as disposições inerentes ao processo licitatório.

Já a **Execução Indireta** se dá quando a Administração Pública, para obter o que pretende, necessita contratar terceiros para executar o serviço necessitado ou fornecer o produto almejado. “Tal espécie de execução do objeto contratado se dá através das seguintes formas: Empreitada por Preço Global; Empreitada por Preço Unitário; Tarefa; Empreitada Integral.” AZEVEDO, Rodrigo. Como contratar com a Administração Pública - as espécies de execução do contrato administrativo. Disponível em:

www.rodriagoazevedoadvocaciacom.jusbrasil.com.br/artigos/136583889/Acesso em: 06 de maio de 2024

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, através de empreitada por preço unitário, tendo em vista que o Município de Brejo Grande/SE não detém os meios necessários à concretização do objeto e que há meios de definir claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado. Nesse caso, pode ser estabelecido um padrão/especificações e uma unidade de medida, para



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

fins de aferição do valor a ser pago ao contratado, o que será feito após o período de medição e a verificação da conformidade da prestação com a obrigação ajustada.

5.2 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DAS OPÇÕES DE MERCADO:

Como o município de Brejo Grande/SE possui carência de servidores, materiais, equipamentos etc, a execução indireta apresenta-se como a única alternativa existente no mercado para atender a necessidade do órgão.

5.2.1 – Instruo que a contratação deverá ser feita nos moldes da Lei 14.133/2021, na modalidade concorrência e de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 que “Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”.

6. DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via do não parcelamento, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Ressalte-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediário e da entrega da obra.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

Assim, para execução de obras de reforma em questão, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa para garantir a responsabilidade técnica dos serviços. Também não há viabilidade econômica, pois a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade.

Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

Porém, recomendamos a possibilidade de subcontratação dos serviços que não se enquadrem nas parcelas relevantes e de acordo com cláusulas contratuais a serem definidas quando da elaboração do Edital.

7. QUANTIDADE A SER CONTRATADO

A relação entra a demanda prevista e as quantidades de cada item a ser contratado advirá do levantamento detalhado de quantitativos de insumos e serviços, detalhados no Projeto Executivo, dos equipamentos urbanos a ser reformado, o que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

8. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços da contratação encontra-se compatível com os quantitativos levantados no projeto executivo e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é uma tabela muito utilizada no orçamento de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

obras em geral, mantido pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado na internet pela Caixa Econômica Federal. E através do ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe.

O orçamento de referência para as obras em tela foi elaborado seguindo as regras do Decreto 7983/2013 que “Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências”.

Baseados em orçamento, o valor de referência da contratação é da ordem de **R\$ 1.400.042,50 (Hum milhão quatrocentos mil quarenta e dois reais e cinquenta centavos).**

A demonstração da estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e documentos que lhe dão suporte, encontram-se em anexo e foram elaborados utilizando-se o sistema ORSE - Orçamento de Obras de Sergipe, o qual foi desenvolvido e é mantido pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe - CEHOP há mais de dez anos, para atender à determinação contida nos artigos 8º e 9º da Lei Estadual nº 4.189 de 28.12.1999 que criou o Sistema Estadual de Registro de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

9. VÍNCULO OU DEPENDÊNCIA

O prazo de execução previsto no Projeto Executivo é de 12(doze) meses para a conclusão das obras e, portanto, a Secretaria Municipal de Obras Públicas **mantém o dever permanente de conservar as estradas vicinais**, pois essas vias são de domínio municipal. Isso envolve:

- Planejamento de novas manutenções;
- Resposta a emergências (ex.: erosão, alagamentos);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

- Serviços de patrolamento, cascalhamento, drenagem etc.

10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Está diretamente ligado à **melhoria da trafegabilidade, segurança e acessibilidade rural**, garantindo que a via atenda adequadamente a sua função pública. Em termos objetivos e administrativos, os principais resultados esperados são:

1. Trafegabilidade Recuperada a estrada deve permitir **trânsito seguro e contínuo de veículos**, especialmente:

- Transporte escolar;
- Ambulâncias e veículos de emergência;
- escoamento da produção agrícola;
- Deslocamento de moradores da zona rural.

2. Melhoria das Condições de Drenagem um bom sistema de escoamento pluvial evita alagamentos e danos futuros à estrada.

3. Segurança Viária com a estrada em boas condições, espera-se uma **redução de acidentes e avarias** em veículos.

4. Redução de Custos Públicos Futuramente pois uma manutenção bem executada evita intervenções constantes.

5. Satisfação da Comunidade Rural tendo em vista um dos objetivos mais importantes, mas nem sempre mensuráveis diretamente, é o **atendimento das demandas da população local**.

11. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Pregão na forma de Registro de Preço, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço unitário.

Com estes serviços executados, serão oferecidas aos munícipes, melhorias nas condições de segurança, drenagem e durabilidade da infraestrutura,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

visando beneficiar diretamente o transporte escolar, o escoamento da produção agrícola e o deslocamento de moradores, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico local.

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Projeto Executivo.

A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A empresa a ser contratada deverá seguir as normas da ABNT e as especificações contidas no Projeto Executivo.

Por se tratar de uma obra e, portanto, possui natureza de escopo, esta contratação não tem caráter continuado.

Conforme cronograma físico-financeiro do Projeto Executivo, o prazo inicial de execução será de 12(doze) meses.

Não é característica da proposta de contratação em tela a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Facultar, à contratada, a possibilidade de visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, dos acessos disponíveis, da logística de transporte, e de todas as dificuldades que possam interferir na execução dos serviços.

A empresa a ser contratada deverá ter Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU do domicílio ou sede da licitante.

A empresa a ser contratada deverá apresentar Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido(s) em nome da empresa licitante, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente em nome do(s) profissional(ais) vinculado(s) ao(s) referido(s) Atestado(s), que comprove(m) ter a empresa licitante



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

executado obra(s) e/ou serviço(s) com compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto do Projeto Executivo e seus anexos, especificamente nas características e quantidades.

12.DAS DESCRIÇÕES DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

É dispensada a necessidade de audiência pública, tanto pelo valor quanto pela baixa complexidade do objeto.

A solução de mercado exclusiva para a licitação em tela é a contratação de empresa de engenharia especializada em obras civis, cujo mercado é bastante amplo.

13.PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Elaboração de Projeto Executivo contendo todos os elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes com todos os elementos necessários.

Necessidade de obtenção de licença ambiental de instalação. As licenças ambientais necessárias serão obtidas conforme o avanço e necessidade das etapas contratuais.

As licenças, autorizações e demais documentos ambientais eventualmente necessários para a execução dos serviços ora licitados deverão ser providenciados conforme as etapas previstas no contrato, de acordo com a legislação vigente e as orientações dos órgãos ambientais competentes.

O licitante vencedor deverá adotar todas as medidas necessárias à regularização ambiental das atividades, sob a supervisão do contratante, não constituindo tal exigência óbice para a celebração do contrato ou para o início da execução das fases que não dependam de prévia licença ambiental específica.

A Administração tomará as seguintes providências logo após a conclusão da licitação:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

1) Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;

2) Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;

3) Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização da manutenção de estrada vicinal.

3.1 – Mitigação Prévia a Contratação:

3.1.1 – Analisar e/ou aprovar documentação de habilitação da empresa, no que se refere a habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica, bem como as declarações a serem apresentadas;

3.1.2 – Viabilizar, preferencialmente, por meios eletrônicos a assinatura do contrato no dia da sua autorização pela Procuradoria do Município;

3.1.3 – Formalizar, preferencialmente, por meios eletrônicos as comunicações entre as partes;

3.1.4 – Emitir ordem de serviço com prazo prévio de 72 (setenta e duas) horas antes da necessidade de execução definitiva dos serviços;

3.1.5 – Estabelecer em Termo de Referência parâmetros de marco de execução;

3.1.6 – De mesmo modo, delimitar fiscalização de contrato conforme DECRETO FEDERAL Nº 11246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022;

3.1.7 – Provocar os atos formais, bem como acompanhar o andamento destes.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Geração de resíduos sólidos comuns à obras de construção civil, com previsão de destinação nos termos da Resolução CONAMA n. 307/2002 inclusa nas obrigações da contratada.

Um dos aspectos a ser considerado é o consumo de recursos naturais, para isso, o processo de formulação e execução de procedimentos administrativos pode envolver o uso intensivo de papel, recursos de escritório e outros insumos. Para diminuição dos gastos com esses insumos, é sugerível que os relatórios sejam em



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

formato digital, viabilizando o envio através de plataformas digitais, contribuindo para diminuição do consumo de recursos naturais e geração de resíduos.

Outro fator indireto, mas preponderante, é a emissões de gases de efeito estufa (GEE), geradas pelos deslocamentos físicos de profissionais da empresa contratada para reuniões presenciais ou visitas ao órgão público. Visando a diminuição dos impactos ambientais, o esclarecimento de possíveis dúvidas durante os processos serão sanadas através de telefonemas e quando não for suficiente, será realizado o envio das documentações (relatórios, guias etc.) através de e-mail ou outra plataforma digital acordada entre as partes, diminuindo a frequência com que a empresa precise se deslocar até o município.

15.POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DO ESTUDO

Considerando o exposto, em especial no item 3 - Justificativa, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, opinando-se pelo prosseguimento do feito.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Brejo Grande/ SE, 27 de fevereiro de 2026.

FABIANA SANTOS BRUNO DE BARROS

Responsável Técnico

Membro Integrante

THIAGO SANTOS MARQUES

Presidente – Equipe de Planejamento